



ESTADO DE RONDÔNIA
CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO
EDITAL Nº 001/2024



PROVA OBJETIVA: 21/07/2024

NÍVEL: SUPERIOR

CARGO: CONTROLADOR INTERNO

ESTE CADERNO CONTÉM 50 QUESTÕES COM AS SEGUINTE DISCIPLINAS:

DISCIPLINA	QUESTÕES
LÍNGUA PORTUGUESA	01 a 10
INFORMÁTICA	11 a 20
CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	21 a 50

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. É proibido folhear o caderno de provas antes da autorização do fiscal.
2. É responsabilidade exclusiva do candidato à conferência de seus dados pessoais, em especial o nome, o número de inscrição, o número de seu documento de identidade, cargo de sua opção e a marcação do gabarito na sua Folha de Respostas. Quaisquer problemas deverão ser comunicados ao fiscal/chefe de sala, para registro em ata.
3. Confira os dados impressos no cartão resposta e se este caderno de provas corresponde ao cargo para o qual você se inscreveu.
4. Assine o cartão de respostas.
5. Verifique se este caderno de prova contém 50 questões. Não serão consideradas reclamações posteriores ao término da prova.
6. Cada questão da prova objetiva constitui-se de quatro alternativas, identificadas pelas letras A, B, C e D, das quais apenas uma será a resposta correta.
7. Preencha o cartão de respostas da prova objetiva utilizando caneta esferográfica azul ou preta, preenchendo totalmente o campo de marcação, ao lado dos números, que corresponde à resposta correta.
8. Serão consideradas incorretas questões para as quais o candidato tenha preenchido no cartão resposta mais de uma opção, bem como questões em que o campo de marcação apresente rasuras, emendas ou que não esteja preenchido integralmente.
9. O cartão resposta será o único documento válido para a correção das provas objetivas e não será substituído em hipótese alguma; portanto, evite rasuras.
10. Em sala, a comunicação entre os candidatos não será permitida, sob qualquer forma ou alegação.
11. Não será permitido o uso de calculadoras, dicionários, lápis, borrachas, telefones celulares, pen drive, recurso didático, elétrico, eletrônico ou acessórios que cubram suas orelhas.
12. A prova objetiva terá duração máxima de 4h, incluído o tempo para preenchimento do cartão de respostas.
13. O candidato somente poderá retirar-se do local de prova após 1h hora de seu início e só será permitido ao candidato levar os Cadernos de Questões, a partir de 3 (três) horas do início da prova.
14. Os três últimos candidatos só podem sair da sala de prova ao mesmo tempo, e devem fazê-lo após assinarem a ata da sala.
15. A utilização dos banheiros e bebedouros somente serão autorizadas uma hora após o início das provas. E depois de concluir e entregar o cartão de respostas, não será permitido a ida do candidato aos banheiros e bebedouros, sendo obrigatório que o mesmo se retire imediatamente do local do certame.
16. Os fiscais NÃO estão autorizados a prestar informações de interpretação das questões. Sua função é apenas fiscalizar e orientar quanto ao funcionamento do certame.
17. Ao concluir a prova, entregue ao fiscal de sala o cartão de respostas e certifique se não esqueceu de assinar o nome no local especificado ao candidato.

Boa Prova!

Leia o trecho do texto a seguir e responda às questões de 01 a 05.

Educação financeira: o exemplo que deve ser oferecido desde cedo

Por Paulo Melo

A educação financeira é um tema cada vez mais presente na realidade e currículo das escolas e considerado fundamental para ser trabalhado desde cedo com as crianças, para que elas cresçam sabendo desenvolver uma relação mais saudável com o dinheiro. Mas tão importante quanto trabalhar o tema dentro das escolas é conscientizar os pais para que esse seja um trabalho realizado em parceria com as famílias. Todo cidadão pode - e deve - desenvolver habilidades que melhorem sua qualidade de vida e a de seus familiares, a partir de atitudes comportamentais e de conhecimentos básicos sobre gestão de finanças pessoais. O que a educação financeira se propõe a fazer é amplificar esse trabalho de consciência nas pessoas, inclusive nas crianças.

Quando um indivíduo tem as finanças em ordem, ele toma decisões e enfrenta melhor as adversidades, como, por exemplo, o momento atual da pandemia. E isso ajuda não só na organização da vida financeira como também em aspectos pessoais e familiares. Nesse sentido, ao ensinar uma criança a lidar bem com o dinheiro desde pequena, quando adulta, ela terá maiores chances de aprender a administrar o seu salário, empreender e organizar a sua vida, sabendo comprar e poupar com consciência.

Consumidores bem-educados financeiramente demandam serviços e produtos adequados às suas necessidades, incentivam a competição e desempenham papel relevante no monitoramento do mercado, uma vez que exigem maior transparência das instituições financeiras e contribuem, dessa maneira, para a solidez e para a eficiência do sistema financeiro que tanto precisamos. Além disso, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia toda a economia, por estar intimamente ligada a questões como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimento do país.

Por isso tudo, torna-se tão importante estabelecer, desde cedo, as bases para uma relação equilibrada com o dinheiro. E para que esse trabalho seja bem

sucedido, a educação financeira deve ir ao encontro da realidade de cada indivíduo e de sua família, a importante aliada nesse aprendizado. Aprendemos muito com os acontecimentos da vida, por meio dos conhecimentos adquiridos e das experiências, assim como as ações e emoções exercem grande influência em nossas decisões financeiras. Somos dependentes de fatores fisiológicos - que podem ser alterados ou influenciados, dependendo das escolhas feitas - e de fatores psicológicos. Esses últimos são mais complexos, mostrando que a relação que os pais e familiares possuem com o dinheiro tem grande influência nas escolhas dos filhos. Se os pais se relacionam com o dinheiro de forma descontrolada e sem consciência, não podem cobrar que seus filhos sejam diferentes [...]

[...] O principal objetivo de educar os filhos em relação ao dinheiro é levá-los a atingir maturidade financeira, ou seja, a capacidade de adiar desejos de agora em função de futuros benefícios. É da natureza humana querer obter satisfação imediata em todos os sentidos. A educação financeira para a criança deve ser um projeto permanente. Não existe idade certa para começar. A necessidade vai aparecer na vida de todos os pais no momento em que começam os famosos pedidos "compra isso, quero aquilo".

Disponível: <https://www.paulomelo.blog.br/2021/10/o-piniao-educacao-financeira-o-exemplo.html>, acesso em: 05 de junho de 2024.

Questão 01

De acordo com o autor, por que a colaboração entre escolas e famílias é fundamental na promoção da educação financeira desde a infância, visando o desenvolvimento de habilidades e uma relação saudável com o dinheiro ao longo da vida?

- A. Para garantir que todas as crianças se tornem especialistas em financeiros.
- B. Para excluir a participação dos pais no processo de aprendizado financeiro das crianças.
- C. Para restringir o conhecimento financeiro apenas a investimentos avançados.
- D. Para amplificar o trabalho de consciência nas pessoas sobre gestão de finanças pessoais.

Questão 02

O que o autor destaca, no segundo parágrafo do texto como benefícios do aprendizado financeiro desde a infância?

- A. A falta de impacto, pois as crianças não conseguem compreender questões financeiras.
- B. Apenas a melhoria na organização financeira, sem influenciar outros aspectos da vida.

C. O impacto positivo na capacidade de tomar decisões, enfrentar adversidades e benefícios em aspectos pessoais, familiares e profissionais.

D. Crianças que aprendem sobre dinheiro desde cedo tendem a ser mais prosperas, pois a prosperidade consiste somente através do dinheiro.

Questão 03

No que tange aos modos de organização textual, qual melhor descreve o artigo "Educação financeira: o exemplo que deve ser oferecido desde cedo" de Paulo Melo?

A. Narrativo, pois apresenta uma sequência de eventos relacionados à importância da educação financeira desde a infância.

B. Descritivo, pois descreve detalhadamente os benefícios da educação financeira para crianças e adultos.

C. Argumentativo, pois defende a tese de que a educação financeira desde cedo é crucial para o desenvolvimento pessoal e familiar.

D. Expositivo, pois lista informações sobre o conceito e a aplicação da educação financeira nas escolas e nas famílias.

Questão 04

Considerando o texto de referência sobre educação financeira, qual das opções abaixo melhor descreve a intertextualidade presente?

A. Uma citação direta de um economista famoso sobre gestão financeira.

B. Uma alusão implícita à crise financeira global no mundo.

C. Um paralelo com a teoria econômica de um autor contemporâneo.

D. Uma referência ao impacto da educação financeira na estabilidade econômica nacional.

Questão 05

Leia a frase e responda a alternativa correta. "**Por isso** tudo, torna-se tão importante estabelecer, desde cedo, as bases para uma relação equilibrada com o dinheiro." Assim, é correto afirmar que a expressão em destaque é classificada como:

- A. Conjunção Coordenativa Conclusiva.
- B. Conjunção Subordinativa Conclusiva.
- C. Conjunção Coordenativa Alternativa.
- D. Conjunção Subordinativa Condicional.

Analise a música a seguir e responda à questão 06.

Samba do Approach

Zeca Pagodinho e Zeca Baleiro.

Venha provar meu **brunch**

saiba que eu tenho **approach**
na hora do **lunch**
eu ando de **ferryboat**

Eu tenho **savoir-faire**
meu temperamento é **light**
minha casa é **hi-tech**
toda hora rola um **insight**

Já fui fã do **Jethro Tull**
hoje me amarro no **Slash**
minha vida agora é **cool**
meu passado é que foi **trash**

Disponível: <https://www.letras.mus.br/zeca-baleiro/43674>. Acesso em: 05 de junho de 2024.

Questão 06

No que refere as diversas modalidades do uso da língua e as expressões em destaque na música "**Samba do Approach**", é CORRETO afirmar que essas expressões se configuram como:

- A. Gírias.
- B. Neologismos.
- C. Regionalismos.
- D. Empréstimo Linguístico.

Analise a charge e responda à questão 07.



Disponível: <https://admin.guiame.com.br/charges/arg-es-alem-da-agua-esta-faltando-o-amor.html> acesso em: 05 de junho de 2024.

Questão 07

Na frase, "**O que você colocou na prova?**" Do ponto de vista morfológico, a palavra destacada corresponde, respectivamente, a:

- A. Presente (Subjuntivo).
- B. Pretérito Perfeito (Indicativo).
- C. Pretérito Imperfeito (Subjuntivo).
- D. Pretérito Mais-Que-Perfeito (Indicativo).

Analise a charge e responda à questão 08.



Questão 08

Considerando a análise da charge apresentado, é possível afirmar que há, no contexto, a presença de uma oração:

- A. Coordenada sindética aditiva.
- B. Coordenada sindética alternativa.
- C. Coordenada sindética explicativa.
- D. Coordenada sindética conclusiva.

Leia a charge e responda às questões 09 e 10.



Disponível em: <http://bichinhosdejardim.com/>. Acesso em: 01 de junho de 2024.

Questão 09

No período “Não vou abrir notícias nem redes sociais...” O termo em destaque introduz uma:

- A. Adição
- B. Oposição
- C. Alternância
- D. Conclusão

Questão 10

Sobre a charge, é correto afirmar que o autor:

- A. Compara a produtividade com o foco.
- B. Aborda a interação nas redes sociais.
- C. Faz uma crítica sobre o uso excessivo das redes sociais.

D. Aponta as redes sociais como causador da ansiedade e da depressão.

INFORMÁTICA 11 a 20

Questão 11

Indique corretamente qual tecla de atalho é comumente usada para copiar o item ou texto selecionado no Word?

- A. Ctrl + X
- B. Ctrl + C
- C. Ctrl + V
- D. Ctrl + Z

Questão 12

Se você deseja fechar o programa ativo no Windows, qual tecla de atalho você usaria?

- A. Alt + F4
- B. Alt + Tab
- C. Ctrl + F4
- D. Windows + D

Questão 13

Qual combinação de teclas é utilizada para abrir uma nova aba no navegador de internet?

- A. Ctrl + N
- B. Ctrl + Shift + T
- C. Ctrl + T
- D. Ctrl + W

Questão 14



Para qual finalidade o dispositivo da imagem é utilizado?

- A. Armazenar dados de forma permanente.
- B. Apresentar informações visuais ao usuário.
- C. Permitir a digitação de textos e comandos.
- D. Registrar dados em papel físico.

Questão 15

Indique qual a função da memória RAM no computador?

- A. Armazenar arquivos e programas de forma permanente.
- B. Executar programas e manter dados em uso prontamente acessíveis.
- C. Processar instruções e realizar cálculos matemáticos.
- D. Conectar o computador à internet e outros dispositivos.

Questão 16

Qual a principal diferença entre hardware e software?

- A. O hardware é físico e pode ser tocado, enquanto o software é intangível e executado em dispositivos.
B. O hardware é responsável pelo processamento de dados, enquanto o software é responsável pelo armazenamento de dados.
C. O hardware é utilizado para entrada e saída de dados, enquanto o software gerencia o sistema operacional.
D. O hardware é lento e limitado, enquanto o software é rápido e ilimitado.

Questão 17

Qual o tipo de armazenamento de dados ilustrado na imagem?



- A. Memória RAM
B. Disco rígido (HD)
C. SSD
D. Placa de vídeo

Questão 18

Qual dos seguintes é considerado um dispositivo de entrada?

- A. Monitor
B. Impressora
C. Teclado
D. Alto-falantes

Questão 19

Um dispositivo que pode realizar tanto funções de entrada quanto de saída é chamado de:

- A. Dispositivo unidirecional
B. Dispositivo bidirecional
C. Dispositivo de armazenamento
D. Dispositivo periférico

Questão 20



Qual a função principal do periférico ilustrado na imagem?

- A. Armazenar dados de forma permanente.
B. Apresentar informações visuais ao usuário.
C. Permitir a digitação de textos e comandos.
D. Auxiliar na navegação e seleção de itens na tela

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS 21 a 50

Questão 21

No que refere ao Art. 4º do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia sobre o sistema de controle, como deve ser instituído o sistema de controle interno de cada ente, conforme estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia?

- A. Dar-se-á por meio de lei estadual ou municipal de iniciativa do chefe do respectivo poder, órgão ou ente da Administração, a qual deverá contemplar as atribuições previstas no artigo 74, incisos I a IV, da Constituição Federal.
B. Por decreto do chefe do respectivo poder, órgão ou ente da Administração.
C. Mediante portaria emitida pela Unidade Central de Controle Interno.
D. Através de resolução do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

Questão 22

Com base no Art. 7º do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, sobre os agentes do Sistema de Controle Interno - SCI, quais são os agentes do Sistema de Controle Interno (SCI), conforme estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia?

- A. Auditores externos, responsáveis pela auditoria independente.
B. Representantes sindicais designados pelo governo estadual.
C. Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.
D. As unidades executoras do SCI: unidades integrantes de estrutura organizacional do ente controlado.

Questão 23

À luz do Art. 8º do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, qual das seguintes atribuições não condiz com as responsabilidades da Unidade de Coordenação de Controle Interno (UCCI) de cada ente controlado?

- A. coordenar as atividades relacionadas com o Sistema de Controle Interno do ente controlado, promover a sua integração operacional e orientar os órgãos centrais de sistemas administrativos para a elaboração, expedição e manutenção dos regulamentos sobre procedimentos de controle, de forma a assegurar a efetividade da receita, da aplicação dos recursos e a execução das políticas públicas.
B. exercer o acompanhamento sobre a execução das diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias, afetas ao ente controlado, bem como, sobre a execução orçamentária, examinando a conformidade com os limites e destinações estabelecidos.
C. comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia da gestão orçamentária, financeira

e patrimonial nos órgãos e entidades do ente controlado, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

D. Desempenhar, promover, aplicar e controlar todas as operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do ente federativo.

Questão 24

No que tange o Art. 130º da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso RO, qual é a responsabilidade do Município em relação a licitações, concessões, permissões de obras e serviços públicos?

A. Realizar obras públicas apenas por meio de contratação direta com particulares.

B. Organizar serviços públicos diretamente, sem possibilidade de concessão ou permissão.

C. Prestar serviços públicos diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, bem como realizar obras públicas, podendo contratá-las com particulares.

D. Conceder serviços públicos sem a necessidade de licitação.

Questão 25

No que refere ao Art. 9º das competências da Unidade de Coordenação de Controle Interno (UCCI), quais são as competências da Unidade de Coordenação de Controle Interno, conforme estabelecido no Art. 9º do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia?

A. Emitir parecer sobre a execução orçamentária do ente controlado.

B. Representar ao Tribunal de Contas do Estado, sob pena de responsabilidade solidária, sobre as irregularidades e ilegalidades que evidenciem danos ou prejuízos ao erário.

C. Fiscalizar o cumprimento dos prazos para elaboração do plano plurianual.

D. Aplicar sanções disciplinares aos servidores do ente controlado.

Questão 26

O que caracteriza um ato administrativo como vinculado, de acordo com os princípios da administração pública?

A. Liberdade total de decisão do administrador público, sem restrições legais.

B. Necessidade de avaliação de conveniência e oportunidade antes da prática do ato.

C. Obrigação de observar apenas a legalidade, sem considerar os demais requisitos.

D. O fato de o administrador público não ter liberdade, não fazer juízo de valor nem de conveniência de oportunidade.

Questão 27

De acordo com a definição de ato discricionário, o que caracteriza um ato administrativo como discricionário, segundo os princípios da administração pública?

A. Ausência de requisitos legais para a prática do ato.

B. Necessidade de cumprir estritamente os requisitos de competência e finalidade.

C. Permissão ao juízo de valor, grau de liberdade é delimitado pela lei e o administrador deve avaliar os critérios de conveniência e oportunidade.

D. Obrigação de seguir criteriosamente todos os requisitos estabelecidos em lei.

Questão 28

Considerando o Art. 46º da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso RO, identifique qual das alternativas a seguir não contempla uma atribuição privativa da Câmara Municipal de Alto Paraíso, conforme estabelecido:

A. Organização, criação, transformação e inclusão de cargos, empregos e funções de seus serviços, fixação das remunerações de acordo com previsão legal.

B. Autorizar ou aprovar convênios, acordos ou contratos com o Governo Federal, Estadual ou Municipal entidades de direito público privado, de que resultem para o Município quaisquer encargos não estabelecidos na Lei Orçamentária.

C. Exercer a fiscalização da administração financeira e orçamentária do Município, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado, julgar as contas do Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos do governo.

D. Autorizar o Prefeito a afastar-se do Município por mais de 15 (quinze) dias.

Questão 29

Com base no Art. 63º da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso, como pode ser emendada a Lei Orgânica?

A. Por proposta exclusiva do Prefeito e dos vereadores.

B. Por proposta de dois terços, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal, do Prefeito ou iniciativa popular assinada por um mínimo de cinco por cento dos eleitores do Município.

C. De um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

D. De cidadãos, através de iniciativa popular, assinada por, no mínimo, seis por cento dos eleitores do Município.

Questão 30

Concernente ao Art. 66º da Lei Orgânica do Município de Alto Paraíso RO, quem possui a iniciativa para propor Leis complementares e ordinárias?

A. Apenas os membros da Comissão de Finanças da Câmara Municipal.

B. Qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal ao Prefeito e aos cidadãos, na forma prevista nas Constituições Federal e Estadual desta Lei Orgânica.

C. Somente o Prefeito Municipal.

D. Apenas o Presidente da Câmara Municipal.

Questão 31

Com base na SÚMULA 14/TCE-RO, qual é o ônus atribuído ao órgão fiscalizador nas situações de acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas?

- A. Garantir que a acumulação seja devidamente autorizada pelos órgãos competentes.
- B. Verificar se a acumulação remunerada está de acordo com a legislação vigente.
- C. Colher evidências demonstrando o prejuízo à prestação de serviço público para fins de comprovação de danos ao erário.
- D. Promover a desacumulação imediata de cargos, empregos e funções remuneradas.

Questão 32

Com base na SÚMULA 12/TCE-RO, qual procedimento é necessário para a antecipação voluntária do recolhimento do débito, conforme estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia?

- A. Deve ocorrer a antecipação voluntária do recolhimento do débito, no prazo final para a apresentação de defesa, para o regular ressarcimento ao erário.
- B. A atualização monetária do débito é obrigatória apenas se houver determinação expressa do Tribunal de Contas.
- C. É necessário o pagamento do débito com acréscimo de juros de mora desde a data do fato ilícito.
- D. A antecipação do recolhimento do débito dispensa a atualização monetária, mas não os juros de mora.

Questão 33

Considerando as competências do Controle Interno conforme estabelecido pelo Governo do Estado de Rondônia, marque a alternativa correta.

- A. coordenar e harmonizar a atuação do Sistema de Controle Interno, articulando as atividades relacionadas a integração social e cultural.
- B. expedir normas gerais sobre as funções do Sistema de Controle Interno no âmbito municipal, estadual e federal previstas em lei.
- C. propor ao governo municipal e estadual, dentro de sua área de competência e atuação, a tomada de providências visando ao aprimoramento da gestão mediante à observância dos princípios da impessoalidade, moralidade, publicidade, razoabilidade, eficiência, eficácia e economicidade.
- D. exercer a supervisão técnica das Unidades Executoras de Controle Interno, prestando, como órgão central de controle, a orientação normativa que julgar necessária.

Questão 34

Com base no Art. 3º do Capítulo III do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia, identifique qual dos seguintes princípios não é inerente às atividades de

controle interno, conforme estabelecido pelo Tribunal de Contas do Estado de Rondônia.

- A. Princípio da Segregação das Funções: As funções administrativas devem ser segregadas/parceladas entre os vários agentes, órgãos ou entes. Estabelece que quem executa, não fiscaliza nem aprova. Estas atividades devem ser efetuadas por agentes ou unidades distintas. A segregação de funções determina que cada um dos executores conferirá a atividade/tarefa, ou conjunto delas, executada na etapa anterior, atestando maior segurança no processo decisório.
- B. Princípio da organização do Custo-benefício: As atividades/procedimentos de controle não devem ser onerosas mais que os benefícios provenientes delas, sob pena de infringir o Princípio da Eficácia. O controle na Administração Pública jamais deverá ser deixado de lado, devendo, contudo, ser avaliada o teor e o rigor dos controles e contratos em face dos benefícios auferidos pela Administração.
- C. Princípio da Aderência a Diretrizes e Normas: Os atos do ente controlado devem ser vinculados aos princípios, diretrizes, normas, estatutos e demais diplomas que regem a Administração Pública.
- D. Princípio da Qualificação Adequada: Os agentes de controle devem ter conhecimentos necessários e suficientes para o desempenho da função. Os órgãos de controle devem contar com profissionais que disponham do conhecimento técnico-científico compatível com as atividades afetas à fiscalização.

Questão 35

Considerando o silêncio no direito administrativo, é correto afirmar que:

- A. O silêncio administrativo é sempre considerado ilegal, independentemente da natureza do ato administrativo requerido, e a tutela jurisdicional ocorrerá de forma uniforme.
- B. O direito de petição do administrado não é relevante quando há silêncio administrativo, pois, este é um tema de competência exclusiva da Administração Pública.
- C. O silêncio administrativo é a ausência de manifestação tempestiva da Administração diante de petição do administrado. A depender da natureza do ato administrativo requerido pelo administrado - vinculado ou discricionário - e buscando este a tutela jurisdicional, esta ocorrerá de formas diversas.
- D. A ilegalidade da omissão da Administração Pública é respaldada apenas por dispositivos constitucionais, sem a necessidade de normas infraconstitucionais.

Questão 36

De acordo com o § 5º da Lei nº 8.429/92, que trata dos atos de improbidade, assinale a alternativa correta:

- A. Os atos de improbidade limitam-se ao âmbito do Poder Executivo.
- B. A Lei nº 8.429/92 não abrange o Poder Judiciário.

C. A improbidade afeta exclusivamente a administração direta.

D. Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Questão 37

O Art. 9º da Lei nº 8.429/92, afirma que constitui ato de improbidade administrativa:

A. Receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de comissão, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha interesse, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público.

B. Importar o enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso e culposo a qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego.

C. Receber vantagem econômica, direta, para facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de serviços pelas entidades, por preço superior ao valor de mercado.

D. Aceitar para si ou para outrem emprego, atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado em decorrência das responsabilidades do agente público, seja por meio de ações ou omissões, no exercício de suas funções.

Questão 38

Conforme o Art. 19 da Lei nº 8.429/92, que versa sobre o crime de representação por ato de improbidade, avalie afirmativa abaixo e assinale a opção que apresenta corretamente a penalidade estabelecida para o crime mencionado.

A. Prisão de seis a dez meses.

B. Detenção de seis a dez meses e multa.

C. Prisão de três a seis meses e advertência.

D. Detenção de um a três meses e prestação de serviços à comunidade.

Questão 39

De acordo com o Art. 11 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública:

A. Qualquer ação ou omissão, independentemente de dolo, que viole os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade.

B. Apenas ações dolosas que violem os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade.

C. Ações ou omissões dolosas que violem apenas o dever de honestidade.

D. Omissões dolosas que violem os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade.

Questão 40

De acordo com o Art. 14 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, qualquer pessoa tem a prerrogativa de:

A. Solicitar a instauração de um inquérito policial para apurar atos de improbidade administrativa.

B. Propor ação civil pública contra atos de improbidade administrativa.

C. Apresentar uma petição ao Ministério Público para instauração de investigação sobre atos de improbidade.

D. Representar à autoridade administrativa competente para que seja instaurada investigação destinada a apurar a prática de ato de improbidade.

Questão 41

No que concerne o princípio que enfatiza a necessidade de a administração pública realizar suas tarefas de maneira eficaz e eficiente, buscando sempre o melhor uso dos recursos públicos, é conhecido como:

A. Legalidade

B. Impessoalidade

C. Eficiência

D. Moralidade Administrativa

Questão 42

Considerando os atos administrativos, qual é um dos atributos dos atos administrativos que implica que eles podem ser executados independentemente de ordem judicial?

A. Imperatividade

B. Presunção de legitimidade

C. Presunção de veracidade

D. Autoexecutoriedade

Questão 43

De acordo com o Art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário:

A. toda ação ou omissão, independentemente de dolo, que ocasione perda patrimonial das entidades referidas na lei.

B. qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente.

C. apenas ações dolosas que causem efetiva e comprovada perda patrimonial das entidades citadas na legislação.

D. qualquer omissão dolosa e culposa que ensejem perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades abordadas no texto legal.

Questão 44

No que tange ao Processo Licitatório, analise as assertivas a seguir e marque a alternativa correta.

I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido.

II - a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso.

III - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento.

IV - o orçamento estimado, com as composições; dos preços utilizados para sua formação.

V - a elaboração do edital de licitação.

- A. Apenas I e IV estão corretas.
- B. Apenas III e IV estão corretas.
- C. Apenas II, III e V estão corretas.
- D. Todas as alternativas estão corretas.

Questão 45

Analise as alternativas a seguir e marque quais dos seguintes documentos não são obrigatórios para instruir o processo de contratação direta.

A. Documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo.

B. Parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos.

C. Demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido.

D. Comprovação de renda física e jurídica que demonstre que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária para execução do serviço.

Questão 46

No que refere as licitações e contratos, qual assertivas abaixo não é requisito para designar agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções relacionadas a licitações e contratos?

A. Ser servidor efetivo temporário e comissionado ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública.

B. Possuir formação compatível ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo poder público.

C. Não ter vínculo de parentesco até o segundo grau com licitantes ou contratados habituais da Administração.

D. Não ter vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil com licitantes ou contratados habituais da Administração.

Questão 47

Dentre os pilares essenciais que fundamentam o processo licitatório, destaca-se uma assertiva que não se alinha com os princípios estruturais e operacionais que regem essa importante ferramenta de gestão pública.

A. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.

B. Os atos serão obrigatoriamente digitais, de forma a permitir que sejam produzidos, comunicados, armazenados e validados por meio eletrônico.

C. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

D. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

Questão 48

No que concerne à Administração Pública, o Princípio da Impessoalidade surge como um enigma instigante, desafiando nossa compreensão e convidando-nos a uma jornada intelectual em busca da verdade. Entre as diversas situações que se apresentam, qual delas representa, de fato, a melhor exemplificação dessa norma fundamental?

A. A administração pública deve manter todas as suas ações e decisões em segredo.

B. A administração pública deve divulgar todas as suas ações e decisões ao público.

C. A administração pública deve tomar decisões com base na opinião pública.

D. A administração pública deve tratar todos os cidadãos de maneira igual, sem discriminação. Além disso, este princípio também implica que os atos administrativos são atribuídos à instituição e não ao funcionário que os realiza.

Questão 49

Como o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia trata os embargos de declaração protocolados após o vencimento do prazo legal estipulado para sua interposição, conforme descrito na SÚMULA 27/TCE-RO?

A. Os embargos são conhecidos, mas não alteram o prazo de oposição estabelecido.

B. Os embargos são considerados intempestivos e não são conhecidos sem a observância do prazo legal de oposição, conforme disposição do parágrafo único do art. 31 da Lei Complementar n. 154/1996 c/c o art. 91 do RITCE-RO

C. Os embargos são recebidos com prioridade sobre outros recursos, independentemente do prazo.

D. Os embargos são recebidos, mas apenas após decisão colegiada.

Questão 50

Conforme a SÚMULA 25/TCE-RO, os embargos de declaração são cabíveis quando:

A. a contradição que autoriza o cabimento de embargos de declaração é de natureza interna, relativa à estrutura lógica da decisão embargada.

B. a existência de erros de fato na decisão embargada.

C. a discordância das partes com o mérito da decisão proferida.

D. a constatação de omissão de pontos relevantes para a análise do caso.